



Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO TÍTULO

DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR

JOÃO DE MEDEIROS CALMON

REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Tadeu Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ AO SENHOR JOÃO DE MEDEIROS CALMON.

Para receber até este plenário Sua Excelência o Sr. Francisco Borsari Neto, Chefe da Casa Civil, representando o Sr. José Hosken de Novaes, DD. Governador do Estado, e o homenageado, designo uma comissão integrada pelos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Fabiano Braga Côrtes, Gilberto Ayibert Filho, Mário Celso e Antônio Facci.

Suspendo a sessão por alguns instantes até a chegada de Suas Excelências.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está reaberta a sessão. Esta Presidência tem a honra de anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Borsari Neto, Chefe da Casa Civil, representando Sua Excelência o Sr. José Hosken de Novaes, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça; Excelentíssimo Sr. Senador da República, João de Medeiros Calmon, Cidadão Honorário do Paraná; Excelentíssimo Sr. Coronel Aviador Laudo de Barros, Sub-Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica e representante de Sua Excelência o Sr. João Felipe Brack, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica; Excelentíssimo Sr. Dr. Caio Nogueira Soares, Representante de Sua Excelência o Sr. Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Sr. Deputado Augusto Carneiro, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; Excelentíssimo Sr. Deputado José Tadeu Lúcio Machado, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.
(É executado o Hino Nacional).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Solicito do Sr. 1º Secretário a leitura do Diploma de Cidadão Honorário do

Paraná, com que é agraciado o Sr. João de Medeiros Calmon.

(É procedida a leitura do Diploma)

República Federativa do Brasil - Estado do Paraná

Título de Cidadania Honorária

Os Poderes Constituídos do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei no. 6622, de 30 de setembro de 1974, conferem ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO DE MEDEIROS CALMON, o Título de Cidadão Honorário do Paraná, para o que manda expedir o presente Diploma.

Curitiba, 20 de maio de 1982.

(aa) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO

Presidente do Tribunal de Justiça

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Tenho a honra de convidar Sua Excelência o Sr. Francisco Borsari Neto, Chefe da Casa Civil, representando o Sr. José Hosken de Novaes, DD. Governador do nosso Estado, para que faça a entrega do diploma de Cidadão Honorário do Paraná ao ilustre homenageado.

(É entregue o Diploma ao homenageado)

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para falar em nome do Poder Legislativo e enaltecer as qualidades do homenageado, concedo a palavra ao ilustre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; homenageado, Dr. João Calmon; ilustre representante do Governador; Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Heliantho Camargo; Dignas Autoridades, demais Representantes, Srs. Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores. (Lê):

“Um rio de longo percurso, se multiplica na ação benfazeja, em todas as regiões que percorre. Vêmo-lo como elemento embelezador da paisagem, ao mesmo tempo que vêmo-lo como a fonte abastecedora de água potável de povoados, vilas e cidades. Tecnicamente aproveitado, irriga vastas extensões agrícolas, para permitir a eclosão de abundantes searas, que nutrem o homem e que engrandecem o poderio econômico do País. A água que mata a sede, que fertiliza o solo e que propicia o equilíbrio entre os elementos formadores do clima em região determinada, é a mesma água que movimenta turbinas e que produzem energia elétrica, aplicada no desenvolvimento industrial e na elevação do padrão de vida das populações.

O Dr. João de Medeiros Calmon, o capixaba nascido em Baunilha, e filho do Sr. Augusto Pedrinha do Pin Calmon e Dona Virgínia de Medeiros Calmon - é também um “amazonas” de ação múltipla e benfazeja, da qual o Brasil tanto tem se

aproveitado.

Ingente, por esse motivo, a tarefa que nos cumpre, em que a Assembléia Legislativa, em tão boa e em tão oportuna hora, lhe concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná. Ingente a tarefa, e sempre muito incisiva e sempre muito destacada, a atuação do Dr. João de Medeiros Calmon em distintos setores de atividade, como homem de imprensa, rádio e televisão, como homem-empresário, como homem-político e como homem-apóstolo da sacrossanta causa da educação em nosso País.

Para onde quer que a gente se volte, lá encontraremos um monumento de trabalho, erigido pelo fervor patriótico e pelo idealismo do nosso homenageado de hoje. É legítima, portanto, a imagem de um Amazonas, com seu volume de água, com a dinâmica de suas pororocas e com o multifacetado conjunto de ações que vem desempenhando, em prol da liberdade de comunicação, da manutenção em mãos de brasileiros natos, de jornais e emissoras de rádio e televisão e da ampliação e aperfeiçoamento da instrução em todos os recantos deste imenso Brasil.

Tentemos, no entanto, um esboço biográfico, para edificação de todos quantos nos ouvem.

Da escola pública em Baunilha e do curso no Ginásio São Vicente de Paula, na Capital do Espírito Santo, ei-lo em 1937, diplomado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro.

Aquele ano de 1937 marcou, igualmente, o início de sua atividade profissional como jornalista, ao trabalhar como repórter no "Diário da Noite", do Rio.

Mal sabia que semelhante primeiro passo, estava assinando sua adoção, pelo inesquecível mago da imprensa brasileira, Assis Chateaubriand, como membro efetivo da grande família dos "Diários e Emissoras Associados".

É que, já em 1938, partiu para Fortaleza, para dirigir por designação de Chateaubriand, o "Correio do Ceará". Levava consigo o desígnio de lutar pelo engrandecimento da cadeia associada, tanto que, em pouco, esta já se enriquecia pela aquisição, por compra, do matutino "Unitário" da Capital Cearense, e nos anos seguintes, a partir de 1943, se dedicou à tarefa de fundar ou adquirir, para a cadeia associada, jornais e emissoras no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Casado em Fortaleza, no ano de 1944, com a Senhora Maria Teresinha Santiago Calmon, de tradicional família cearense, não demorou a assumir a direção de treze empresas "associadas" em seis Estados do Norte e do Nordeste, e logo mais, em 1955, graças à demonstrada competência, saía de Recife para dirigir no Rio de Janeiro, e concomitantemente, a Rádio Tamoio, Rádio Tupi e a Televisão Tupi, esta pioneira, no setor, no Brasil.

Quatro meses depois de sua chegada à então Capital da República, Assis Chateaubriand o guindou à direção geral dos "Diários Associados", o que constituiu magnífico atestado de capacidade e de dinamismo, pois chegava ao mais alto posto, com 38 anos de idade, subordinado apenas àquele chefe e amigo.

Sua meta, no posto de comando, foi a de ampliação do número de jornais e emissoras, havendo instalado estações de TV ainda em Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém do Pará. O ano de 1962, via a incorporação aos "Diários e Emissoras Associados", de nada menos que 38 novas empresas do ramo, de Norte a Sul do País.

Questão de justiça, portanto, sua elevação ao cargo de Vice-Presidente da Comissão Plenária do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados — o "holding" controlador de todas as empresas associadas.

Ao falecer Assis Chateaubriand, a 04 de abril de 1968, vagou a Presidência do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados, preenchida, por votação unânime, pelo

Dr. João de Medeiros Calmon, sucessivamente reeleito, em razão da administração sadia e profícua.

A fibra de empresário e profundo conhecimento técnico do "metier" contribuíram para a eleição e a reeleição do Dr. João de Medeiros Calmon à Presidência da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT, e nessa condição, comandou, em 1962, a batalha vitoriosa, no Congresso Nacional, contra restrições que, no projeto do Código Brasileiro de Telecomunicações, seriam impostas às atividades das emissoras, defendendo com garra e coragem, a liberdade de informação.

Participou, em 1968, da Conferência da National Association of Broadcasters, em Chicago, nos Estados Unidos, depois de haver recebido, no ano anterior, o honroso título de "Jornalista Padrão", outorgado pela Pontifícia Universidade Católica, de Pernambuco, como, em 1968, fez conferência no "Brazilian Institute", da Universidade de Nova Iorque, sobre a influência dos meios de comunicação na formação da opinião pública do Brasil, e em 1969 esteve presente à reunião da Associação Interamericana de Radiodifusão — AIR, em Miami, Estados Unidos. Foi Presidente do Sindicato das Empresas de Radiodifusão do então Estado da Guanabara, hoje Estado do Rio de Janeiro, e membro do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa — ABI, como lhe coube, em 1973, na Guanabara, ser o Presidente de Honra da ABERT e membro participante da Conferência Internacional sobre Telecomunicações, tendo ainda participado, no mesmo ano, como Delegado do Brasil, sobre os auspícios da Organização dos Estados Americanos e da Universidade de Guadalajara, México. Falou, na Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, sobre comunicação, durante o Seminário Internacional de Comunicação, enquanto se via reeleito, mais duas vezes, Presidente do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados.

O consagrado jornalista David Nasser, o imortalizou, com a esplêndida biografia intitulada "João Sem Medo". A imprensa, o rádio e a televisão o elegeram "Personalidade do Ano", e a Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco lhe conferiu o título de "Cidadão do Ano", tudo em 1966.

As homenagens tinham poderosa razão de ser — a destemerosa e patriótica campanha, desfechada pelo Dr. João de Medeiros Calmon contra a infiltração e o domínio de Capitais estrangeiros na imprensa, no rádio e na televisão do Brasil. Colonialismo cultural, por nós também veemente combatido e derivado da linha ideológica do Partido Trabalhista Brasileiro, foi cruamente radiografado por este valente cruzado da causa do nacionalismo. E dois vigorosos documentos, legou ele à posteridade, através dos livros, de sua autoria "Duas Invasões" e "O Livro Negro da Invasão Branca".

O único ponto em que divergimos é quanto à orientação, imprimida pelo Dr. João de Medeiros Calmon, ao inspirar a instalação radiofônica, intitulada "Rede da Democracia", contra o Governo João Goulart, sob o pretexto de que o mesmo teria adotado uma linha comunicante. Os fatos e os documentos posteriormente vindos à luz, estão demonstrando que o Presidente João Goulart foi vítima e não mentor de uma situação política realmente conturbada.

A norte-americana Phyllips Parker, divulgou documentos secretos, comprovadores da direta participação do governo norte-americano e da Cia no importante acontecimento. Sabe-se que — hoje em dia, dirigentes sindicais eram convidados a irem aos Estados Unidos para freqüentarem cursos e devidamente financiados, voltavam ao Brasil para fazerem eclodir greves e mais greves, enquanto as finanças internacionais cuidavam da desestabilização da nossa economia, e desse conluio, participavam grupos brasileiros que não passavam de "testas-de-ferro" dos capitais estrangeiros, tão combatidos pelo Dr. João de Medeiros Calmon, dois anos depois de 1964.

O humanismo e o espírito de solidariedade humana, tem

caracterizado, em todos os tempos, o estilo de comportamento do homenageado. Ele é homem que se comove ante o sofrimento do próximo. E dá tudo de si para minorar a dor alheia. Dentre tantas realizações em tal setor, cumpre salientar, como imperecível monumento, a Maternidade Escola Assis Chateaubriand, que Calmon erigiu na capital cearense, modernamente equipada até com estação de televisão em circuito fechado, e mais de cem leitos para indigentes. Continua a ser, com honra e mérito, a Casa da Mãe Pobre do Ceará. Esse empreendimento, por si só, testemunha o coração generoso e sensível do nosso grande homenageado.

Imbuído de acendrado espírito cívico, o que não escapou ao Presidente Garrastazu Médici, viu-se conduzido ao cargo de Assessor Especial da Comissão Executiva Central Coordenadora das Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, quando realizou brilhante trabalho de repercussão nacional.

Tinha de manifestar-se, mais cedo ou mais tarde, o homem-político. No mundo das comunicações, em que viveu, a política é uma constante. E Calmon se viu arrastado por ela, por força dos sucessivos e calorosos apelos dos Partidos. Em 1962 marcou sua estréia, como candidato a Deputado Federal pelo então Partido Social Democrático e marcou estréia retumbante, por ter sido o candidato mais votado, em todos os tempos, no Espírito Santo, sucesso que repetiu na legislatura seguinte, para o mesmo posto de combate.

Com o advento do bi-partidarismo, tornou-se naturalmente o Presidente da Seção Regional da Aliança Renovadora Nacional.

Antes porém, na Convenção do Partido Social Progressista, realizada a 24 de fevereiro de 1964 - um mês antes de 31 de março, - viu-se aclamado candidato à Vice-Presidência da República na chapa com Ademar de Barros como Presidente. E, em 1966, indicado pelo Marechal Arthur da Costa e Silva, compôs igualmente a lista de quatro nomes de candidatos à Vice-Presidência da República.

A sua carreira política prosseguiu ainda mais fulgurante, ao se ver eleito, em 1970, Senador por seu Estado natal, com mandato até 31 de janeiro de 1979, e depois renovado por eleição indireta.

Na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão de Relações Exteriores, em cuja condição visitou a Alemanha Ocidental, a convite do Governo de Bonn, e como Delegado do Brasil, participou da II Conferência Interamericana Extraordinária da Organização dos Estados Americanos, no Rio de Janeiro, em 1965.

Na qualidade de observador da Delegação Brasileira, acompanhou o Presidente Costa e Silva à reunião dos Chefes de Estado, em Punta Del Este, Uruguai, em abril de 1967.

Não poderíamos olvidar um projeto de sua autoria, transformado em lei, visando a criação de Academias Políticas no Brasil e que, sob denominações diversas, figuram, na atualidade, na Lei Orgânica dos Partidos.

Em virtude da cassação das lideranças políticas após 1964, o Dr. João de Medeiros Calmon sentiu a necessidade de serem formadas novas lideranças, em meio das tormentas, provocadas pelo obscurantismo medieval, que assolaram o nosso País.

Diz-se que os antigos romanos assinalavam com uma pedra branca os fatos auspiciosos de suas vidas. O Dr. João de Medeiros Calmon tem uma grande pedra branca na sua vida, a partir da memorável data de 22 de maio de 1969, quando lançou a campanha da "Década da Educação" ao receber, do Lions Internacional, em Recife, o troféu "Humanitarian Award" em homenagem ao saudoso embaixador Assis Chateaubriand.

Essa campanha passou a ser obsessão de seu idealismo pelo resto da vida. Em outubro, do mesmo ano, falava sobre educação na Escola Superior de Guerra, e em novembro se-

guinte, era conduzido como membro da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

A ação em favor da educação prosseguiu, com maior ímpeto, no Senado. Fez conferência sobre o tema em San José da Costa Rica, na reunião promovida pelos "Partners of the Americas".

Além de Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura e de membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado, empossou-se como Delegado Governamental do Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, órgão da Unesco no Brasil e recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Debateu, na Comissão respectiva do Senado, problemas educacionais com o então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e realizou numerosas conferências em todo o Brasil, inclusive na Escola Superior de Guerra e na Universidade Estadual da Guanabara, sobre "Educação - prioridade imperativa para o desenvolvimento". Lançou, nacionalmente, em 1974, o livro, de sua autoria, "A Educação e o Milagre Brasileiro", e recebeu medalha do Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, em reconhecimento pelo trabalho que vem desempenhando.

Participou do Fórum Econômico, promovido pelo "The Chase-Manhattan Bank", de um Curso sobre Política Internacional, ministrado pela Escola Superior de Guerra; do Ciclo de Extensão sobre Fatores Psicossociais e do Ciclo de Extensão sobre Política Interna, ministrados pela Divisão de Cursos de Atualização da ESG, e do painel sobre o novo modelo político brasileiro, ainda naquela instituição.

É detentor da comenda Cruz de Mauá, da Ordem do Mérito de Mauá, outorgada pelo Ministério dos Transportes, e foi Presidente da Comissão de Minas e Energia, do Senado, e integrou, no auditório da PETROBRÁS, a Semana de Tecnologia Industrial, como orientador da Comissão Debatedora do Painel I - Uso do Etanol e a Estratégia Nacional de Energia e Transportes.

Acha-se em nosso poder um volume editado pelo Senado Federal com o título "História de uma Proposta de Emenda à Constituição" e de autoria de João Calmon. Trata-se, na verdade, da história pública e secreta da luta que o ilustre autor havia envidado para modificar o artigo 176 da atual Carta Magna, estabelecendo, no parágrafo quarto, que "anualmente a União aplicará nunca menos de 12 por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 24 por cento no mínimo, da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

A Comissão Mista, integrada por onze Senadores e onze Deputados Federais, aprovou-a por unanimidade. Forças ocultas a derrotaram, porém, no plenário. Essa, a grande mágoa de quem a redigira e de quem a defendera com muito ardor.

Senhores Deputados. Muito ainda teríamos a relatar sobre as atividades de tão eminente homem público. O que dissemos, de maneira tão pálida e tão desconchavada, atesta, entretanto, o valor do Dr. João de Medeiros Calmon, e em consequência, a justiça da homenagem que esta egrégia Casa de Leis hoje lhe presta.

Deixemos de lado a figura retórica do "Amazonas" da nossa imaginativa, para constataremos, em uníssono, que o Dr. João de Medeiros Calmon é o "Paraná telúrico", sulcado, outrora pelos bandeirantes, e hoje pelos barcos que escoam a produção agrícola do centro-sul.

É o "Paraná" das águas revoltas e transbordantes, que fertilizam extensas faixas de terra agricultável.

É o "paraná" das Setes Quedas, e é o "Paraná" e daqui a pouco, com as hidrelétricas de Itaipu, da Ilha Grande e do Porto Primavera, a fornecer energia elétrica sem conta para industrialização do Brasil.

O povo paranaense em grande regozijo, saúda o seu novo irmão, o Cidadão Honorário João de Medeiros Calmon. (Palmas)

O SR. JOÃO DE MEDEIROS CALMON — Excelentíssimo

Sr. João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Borsari Netto, Chefe da Casa Civil e representante do Sr. Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Coronel-Aviador Laudo de Barros, representante do Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica; Excelentíssimo Sr. Caio Nogueira Soares, representante do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Sr. Deputado Augusto de Oliveira Carneiro, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Sr. Deputado José Tadeu Lúcio Machado, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Sr. Deputado Adalberto Daros, que me saudou de maneira tão generosa; Srs. representantes da imprensa, do rádio e da televisão do Paraná e do meu Estado Natal, Espírito Santo, que me honram com suas presenças nesta solenidade; Srs. Deputados, meus Irmãos do Estado do Paraná.

Assis Chateaubriand costumava dizer que "o Paraná seria, a curto prazo, um dos dois Estados mais ricos do País; seu mercado interno, em pleno desenvolvimento, a industrialização que já se dava a largos passos, a capacidade de trabalho de sua população, constituiriam garantias do cumprimento dessa profecia".

O Paraná ainda não é o segundo Estado mais rico da Federação, mas dentro de poucos anos, esta profecia do genial Assis Chateaubriand se transformará numa esplêndida realidade. Já temos aqui, antes mesmo do que esperaria o fundador dos "Diários Associados", a demonstração viva de que ele via certo e previa com muita exatidão. O Paraná proporciona hoje, aos seus 7 milhões e 700 mil habitantes, não apenas uma das mais elevadas rendas "per capita" do Brasil, uma renda quase européia, como também, um dos mais altos padrões de qualidade de vida, o que reconhecemos, é de importância ainda maior. É um Estado que conta com 11 mil estabelecimentos comerciais, digo, industriais, que colhe 10 milhões de toneladas de grãos anualmente, que produz 3.500 megawatts em sua hidrelétrica, que conta com uma rede rodoviária superior a 10 mil km. Que tem 150 emissoras de rádio e 11 de televisão. Que garante o ensino a mais de um milhão e oitocentos mil estudantes. Sua agricultura é sem dúvida, a mais expressiva do País, ocupando o primeiro lugar sem contestação entre os produtores de soja, de milho, de feijão e de trigo e o Paraná participa com 6,3% da renda industrial do nosso País.

Tudo isso foi alcançado e é um dos principais motivos de meu orgulho por ser generosamente alçado à categoria de cidadão paranaense. Graças à iniciativa do empresariado agrícola e industrial, ao esclarecimento, à larga visão dos dirigentes do Estado e dos representantes do seu povo e em especial, ao esforço do dinâmico povo do Paraná.

Quero crer porém que um dos elementos a desempenhar importante papel neste rápido desenvolvimento do Estado, é o interesse sempre demonstrado pela população, pelo seu Governo, pelos membros do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, no crescimento e na qualidade da educação.

A expansão e a qualificação do ensino brasileiro tem constituído uma preocupação constante em toda a minha vida. Acredito aliás, seja essa preocupação, um dos motivos que levaram a ilustre Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a conceder-me a insigne honra de considerar-me cidadão paranaense.

Dediquei-me sempre, com efeito, à causa da comunicação e da educação. Que é comunicar através de veículos, como imprensa escrita, a rádio difusão e a televisão, se não participar da formação cultural da população?

Incorporei-me, com apenas 21 anos, à que se tornaria uma das maiores redes de comunicação já vistas por este País. Conduzidos pelo gênio de Assis Chateaubriand, os "Diários Associados" estenderam-se por todos os Estados brasileiros e neles promoveram campanhas memoráveis.

Uma delas, foi a campanha Nacional da Aviação que forneceu aos aeroclubes deste País, 1.440 aviões de treinamento primário, proeza jamais vista em qualquer outro País. A esse esforço tenho trazido ao longo dos últimos 44 anos a minha humilde colaboração.

Paralelamente porém, participei de outras batalhas evocadas de maneira tão comovedora para mim, pelo ilustre representante do ilustre Partido Trabalhista Brasileiro, eminente Deputado Adalberto Daros.

Em 1963, procurei enfrentar, dentro da limitação de minhas forças, os que então acreditava representarem uma ameaça para a nossa Democracia. Devo lembrar entretanto, um testemunho da Casa Militar do saudoso Presidente Costa e Silva. O General Jayme Portella lançou recentemente o seu livro de memórias e numa de suas páginas ele destacou que o então Deputado João Calmon, jamais pregou a derrubada pela força do Governo Constitucional do nosso País. Estou e estava naquela época, ainda, profundamente convencido de que quando interrompida a normalidade democrática num País, nunca se sabe, quando essa normalidade será novamente restabelecida. Por isso mesmo, eu fui um pregador do regime democrático, empenhei-me de corpo e alma na luta de 1963, mas jamais preguei a Revolução para derrubar um governo legitimamente constituído.

Alguns anos depois, travei nova luta em defesa da imprensa autenticamente nacional contra a infiltração estrangeira que a minou. Depois, foi a cruzada da educação em que me alistei como humilde e perseverante soldado. Eu avoqueei uma das frases prediletas de Assis Chateaubriand, que é de autoria de Sarmiento. Sarmiento costumava afirmar: "o povo é o soberano; eduquemos o soberano". Sempre vi a educação como o verdadeiro caminho à redenção nacional, seria desnecessário enumerar aqui as vantagens que podem merecer a atenção da comunidade. Basta lembrar, de uma profunda e minuciosa pesquisa, realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, extratos da população, que o rendimento proporcionado por unidade monetária aplicada no ensino é duas vezes superior a qualquer outro investimento. Isso vale tanto para orientar a ação do Estado como do particular.

Infelizmente, em nosso País, não apenas nos últimos 18 anos, mas desde o tempo da colônia portuguesa, desde o tempo do Império, desde o tempo da República Velha, desde o tempo da República Nova e depois do Estado Novo, e depois da Revolução de 1964, tem sido uma constante na vida pública do nosso País, a altíssima prioridade que tem sido dada, invariavelmente, a investimentos que garantam aos seus autores um rendimento, um retorno a curto prazo, então ao longo do Brasil, de toda a história do Brasil e não apenas como se diz injustamente em relação aos últimos 18 anos, o que se tem visto é uma preocupação permanente de dar prioridade à construção de estradas, de metrô, de transamazônicas, de usinas nucleares, tudo isso que pode ser iniciado na etapa preliminar de um governo e pode ser concluída no fim do mandato do governante.

Esta mudança de mentalidade é que é extremamente difícil ser alcançada em nosso País, em todos os tempos. Portanto, seria profundamente injusto, querer atribuir apenas as falhas do nosso quadro educacional ao movimento de 31 de março de 1964. Por incrível que possa parecer, mas, convém lembrar, como foi instalada a primeira universidade no Brasil. Decorria o ano de 1922, o Brasil comemorava o 1.º Centenário da sua independência e seria visitado pelo Rei Alberto, da Bélgica. De acordo com o protocolo, quando um soberano visita um País, é necessário oferecer-lhe o título de "Dr. Honoris Causa" de uma universidade. O Brasil, para vergonha nossa, ainda não possuía uma universidade sequer. A toque de caixa foi implantada a Universidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de dar ao Rei Alberto, da Bélgica, o diploma "Honoris Causa".

Esta constante da vida brasileira que nós teremos de modificar através dessa pregação ininterrupta em favor da prioridade máxima a ser conferida à educação.

Lancei assim, em 1969, como Deputado Federal a cruzada da década da educação. Com ela eu visava conscientizar todo este País à incontestável verdade, para a necessidade de se considerar o ensino a prioridade máxima para o Brasil. Eu sonhava poder aparecer um dia em nossa Pátria, um estadista como Paul Carré, famoso homem de Estado da França, que quando lhe perguntavam qual o problema número 1 da França, ele respondia: educação. Qual o problema n.º 2 da França: a resposta não variava - educação. Mas qual o problema n.º 3 da França? A resposta era a mesma - educação.

Porque sem educação, sem a prioridade máxima educação, nenhum país consegue alcançar um nível de desenvolvimento digno deste nome. Pode até o país desenvolver-se do ponto de vista econômico, mas a riqueza continuará concentrada nas mãos de uma pequena minoria de privilegiados.

Eu identifiquei sempre da raiz do problema a insuficiência dos recursos consagrados a essa causa. E quando fui eleito Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, pela segunda vez tomei a iniciativa da elaboração de um projeto Educação, cujos quatro volumes eu tive a honra de trazer, de enviar a todos os deputados estaduais desse meu novo Estado do coração, que é o Paraná.

Nós tínhamos um objetivo, traçar um plano para ser executado ao longo dos próximos vinte anos, entre 1980 e o ano 2000, porque ninguém resolverá o problema da educação de um país apenas em quatro, cinco ou seis anos. Esse projeto educação foi elaborado não apenas com a ajuda de todos os Senadores, mas também de quase todos os ex-Ministros da Educação. Além disso, nós, por iniciativa minha, celebramos um convênio com a Universidade de Brasília e contratamos 19 sumidades da área educacional, especialistas desde a área da escola - Jardim de Infância, até a pós-graduação.

Cada um estudou um determinado setor do ensino e deu a sua contribuição. Não nos foi possível contar com a colaboração de todos os ex-Ministros da Educação, porque o Partido a que eu pertencço que havia aprovado unanimemente a convocação de todos os ex-Ministros da Educação, entendeu posteriormente quando cogitávamos, quando cogitávamos não, quando já havíamos endereçado um convite ao professor Darcy Ribeiro, ex-Ministro da Educação, atingido por um Ato Institucional e que perdera os seus direitos políticos durante dez anos, a maioria do meu Partido, com a sua força avassaladora decidiu desconvocar todos os ex-Ministros atingidos por atos institucionais.

Como Presidente da Comissão de Educação e Cultura, me recusei terminantemente a promover essa desconvocação

até porque não fora eu o autor da convocação. Fora a unanimidade dos Senadores integrantes da Comissão. A ARENA e o MDB.

Como a ARENA dispunha da maioria dos Senadores, ela poderia fazer o que fez. Decidiu desconvocar os ex-Ministros da Educação, esquecendo-se de que a força da maioria, - conforme proclamou o estadista, por mais avassaladora que seja, sempre tem um limite, que é o limite da lei.

Neste caso, havia uma decisão tomada por unanimidade pelos Senadores da ARENA e do MDB.

Não me conformei com esta "cassação branca" do direito de um ex-Ministro prestar um depoimento dando a sua contribuição sobre a experiência adquirida à frente do Ministério da Educação. Telefonei, - e revelei isto pela primeira vez em público, em homenagem aos meus irmãos do Paraná, telefonei ao Ministro Darcy Ribeiro, ele transmitiu o dramático apelo para que ele não deixasse de dar a sua contribuição à causa da educação. Ele não poderia comparecer à Comissão de Educação e Cultura porque a força esmagadora da maioria impedia a sua presença.

Mas, - salientei no meu telefonema ao Professor Darcy Ribeiro, o Governo não cassou o seu direito de utilizar os serviços postais do País. Portanto, os correios estão à sua disposição, por obséquio e por amor à educação, por amor ao Brasil, envie-me a sua contribuição, o seu depoimento, o que o senhor iria prestar perante a nossa Comissão. E eu incluírei o texto integral do seu depoimento, da sua contribuição, sem cortar-lhe uma vírgula, uma palavra sequer.

Infelizmente, o Ministro Darcy Ribeiro se recusou a dar o seu depoimento por via postal e, mesmo assim, não desanimou. Ele não era o único ex-Ministro da Educação atingido por Ato Institucional.

Telefonei ao ex-Ministro Paulo de Tarso, residente em São Paulo. Usei o mesmo argumento e o convenci a mandar a sua contribuição por via postal. E consta de um dos volumes do livro que enviei a cada um dos Deputados Estaduais do Paraná, o texto integral da contribuição do ex-Ministro da Educação Paulo de Tarso.

O projeto da educação ficou apenas com esta deplorável lacuna que só era compreensível numa fase como aquela, em que não vivíamos ainda num clima de abertura democrática como vivemos hoje.

Outro dia, todos nós tivemos oportunidade de ver através de uma rede nacional de rádio e de televisão, a palavra do Ministro Darcy Ribeiro, defendendo com ardor e ênfase de sempre, a causa sacrossanta da Educação.

Sempre identifiquei na raiz deste problema básico, essencial, a insuficiência nos recursos consagrados à causa da Educação. Tive então a oportunidade de mostrar o declínio dos investimentos públicos no Ensino.

Assim como a vergonhosa posição em que se colocou o Brasil, no contexto internacional, no que se refere às aplicações governamentais, em Educação e Cultura. Tenho sempre o cuidado de atualizar estes dados.

E assim, que posso agora lembrar, após um pico em 1965 quando chegaram a onze por cento do Orçamento Federal, os recursos concedidos ao Ministério da Educação e Cultura, mantiveram constante declínio.

Depois desgraçadamente para nós, depois da revolução de 1964, caíram para 8,71% em 1967, para 7,33 em 1970, para 6,78 em 1971, depois disso nunca mais o Ministério da Educação e Cultura chegou à modestíssima faixa de seis por cento. O máximo que alcançou no final do Governo Geisel, de

5,90% do orçamento da União.

Quando eu mostrava no Senado, nas Assembléias Legislativas, nas escolas superiores de Guerra, nas universidades, esse declínio revoltante das verbas destinadas à educação, muitos dos meus ouvintes adotavam a posição de cetisismo.

Na área oficial muitas vezes era negado esse declínio e negado com a maior ênfase, consta nos Anais do Senado Federal, um pronunciamento de um importante Senador do Partido do Governo a que eu pertenço, afirmando que o percentual do orçamento Federal destinado à educação naquele ano era de vinte e três por cento, quase quatro vezes mais do que o percentual verdadeiro.

Mas, o Governo da revolução que é constituído de seres, que pertencem à miserável condição humana oferece uma credencial a uma preocupação de fazer um jogo da verdade. Um jogo da verdade baseado nos dados do IBGE, nos dados oficiais do IBGE.

Mas, agora, a tarefa deste modesto pregador da educação ficou um pouco mais fácil, porque, o atual Ministro da Educação, General Ludwig, General da Ativa deste glorioso exército nacional, não oculta nenhum desses dados.

Ainda ontem eu voava de Brasília para Curitiba e li a bordo do avião, a edição do "Estado de São Paulo", os recortes que eu trouxe comigo. Título da matéria, Educação "a penosa realidade".

A certa altura o Ministério da Educação afirma comparando dados de 1963 a 1982, o Secretário Geral do MEC, falando em nome do General Ludwig, levantou a seguinte situação do Ministério da Educação no que diz respeito à participação no orçamento da União, 9,4% e 10,8% em 1963 e 1965. 9,4% antes da revolução. 10,8% em 1965. Orçamento feito em 1964. 4,9% e 5,3% em 1981 e 1982 respectivamente.

Em 1965 a participação inicial do MEC no orçamento da União foi de 10,8%.

Em 1980, 15 anos depois desabou para 5,3%. É consolador e animador ver que finalmente no Brasil não se procura tapar o sol com a peneira. Esta é a penosa realidade da educação do País. E é o Ministro da Educação, o General Ludwig, que exhibe com o coração sangrando estes detalhes que são da maior importância e nos obrigam a um exame da nossa consciência, a fim de que todos nós, numa decisão supra partidária, sem levar em consideração nenhuma sigla de partido político, que nós façamos realmente um pacto, um compromisso sagrado, em termos nacionais, para dar à educação a prioridade que ela jamais teve neste País, nem antes, nem depois da revolução de 1964.

Dediquei-me, ainda, a verificar a posição ocupada pelo Brasil, em termos de aplicação neste setor, dentro do contexto internacional. Utilizei, neste sentido, o anuário editado pelo braço das Nações Unidas, para a educação e a cultura, que é a UNESCO, de que o Brasil faz parte, é um dos países membros, e que podemos nele constatar.

Eu ouvira, poucos meses antes, uma conferência de um Ministro de Estado, da República Federativa do Brasil, na Escola Superior de Guerra, afirmando - na base da boa-fé, naturalmente - que o Brasil era o quarto País do mundo em dispêndios públicos com educação, em relação ao Produto Nacional Bruto. O Brasil estaria, segundo o Ministro, falando na nossa "Sorbonne", que é um motivo de orgulho para todos nós, a Escola Superior de Guerra, segundo o Ministro, o Brasil só estaria sendo superado em dispêndios públicos com educação, em relação ao produto nacional bruto, pelos Estados Unidos, pela Rússia e pelo Japão, e apresentava o Brasil, triunfalmente, brilhante-

mente, no quarto lugar.

O que constatei eu, no Anuário da UNESCO?

O Brasil colocou-se, em 1975, no 92.o lugar entre todos os países membros da UNESCO, que é um braço da ONU - Organização das Nações Unidas, classificados de acordo com a proporção que os gastos públicos com educação representavam antes seus produtos internos brutos. Em outras palavras, nada menos do que 91 países aplicaram naquele ano, proporcionalmente mais em educação, do que o Brasil.

Eu procurei esse Ministro de Estado, que é um homem honesto, patriota, um homem de consciência, e mostrei a ele não apenas um resumo da sua conferência, mas um anúncio de página inteira publicada nos principais jornais do Rio e São Paulo em que a Agência de Publicidade Norton, que todos nós da área de imprensa conhecemos, que proclamava que o Brasil era o segundo país do mundo, não o quarto, o segundo país do mundo, em dispêndios públicos com educação, em relação ao Produto Nacional Bruto. Procurei o Ministro, mostrei-lhe o resumo da sua conferência, a página dupla publicada nos jornais do Rio e São Paulo, e o Anuário da UNESCO. Obviamente esse Ministro honesto, patriota, quase desmaia de espanto. E, no ano seguinte, compareceu à Escola Superior de Guerra, e, humildemente, fez, em público, um ato de contrição, pediu humildemente perdão, porque havia transmitido à nossa "Sorbonne", uma informação inexata. Infelizmente o Brasil não era o quarto país do mundo em dispêndios públicos com a educação, em relação ao Produto Nacional Bruto. Ele não teve condições, como Ministro - e é necessário respeitar determinados escrúpulos - ele não teve condições de dizer qual era a nossa posição, de acordo com o anuário da UNESCO.

Decorreram alguns anos. Muitas vezes nas minhas peregrinações pelo Brasil todo, eu citava os dados oficiais, citava os dados da UNESCO, muitas pessoas me olhavam sob suspeita, dando-me a impressão de que eu era um pessimista incurável ou um derrotista deplorável. Agora, mudaram os tempos. O mesmo jornal "O Estado de São Paulo", publicou ontem um resumo da reunião presidida pelo Ministro da Educação, General de Brigada e bravo lutador da Educação, Rubem Ludwig. E, a certa altura da reunião presidida pelo Ministro da Educação General Rubem Ludwig, General de Brigada e bravo lutador, e a certa altura há esta afirmação:

"O Brasil atinge um percentual de 3,8 por cento no que se refere à participação da Educação no produto nacional bruto, ficando abaixo de 76 países. Entre os quais estão a Nigéria, a Tunísia e Porto Rico e vários desses novos países da África".

Agora, em vez de se olhar sob suspeita quem cumpre o seu dever para com a Pátria, mostrando esse quadro que tanto nos entristece, é o Titular da Pasta da Educação que não hesita, para procurar provocar um impacto emocional, em revelar os dados verdadeiros sobre a situação do Brasil, essa disparidade entre 2.o lugar e 90.o se explica, porque os anos focalizados são diferentes.

Eu percorri minha "via crucis", bati às portas do Ministério da Educação, do Ministério das Relações Exteriores, fui pessoalmente à sede da UNESCO em Paris e, desgraçadamente, não consegui retificação alguma. Procurei essa retificação, porque entendo e creio que tenho razão, que a prorrogação do Brasil abaixo de 70-80 países, em dispêndios públicos com Educação causa um "boom" mais grave à imagem do nosso País no Exterior, do que todas as demais mentiras que foram espalhadas pelo mundo todo, em relação ao Brasil e ao regime político, durante muitos anos.

O pior é que esse dado - ainda sobre o caso da UNESCO,

indicavam agravamento em relação a posição que ocupávamos há alguns anos. Em 1970, com efeito, já estávamos em situação bastante incômoda, colocados em melancólico 80.º lugar. Pois, 5 anos depois, cairíamos mais 15 pontos!

Infelizmente, investimos menos em Educação. Pasmem-se que País como o Congo, Papua, Nova Guiné, Barbados, Samoa, Luxemburgo, ou as Ilhas Bahamas! Esse quadro não melhorou muito desde então.

Fui à UNESCO - conforme salientei - e o funcionário encarregado dessa área me disse: "Deputado, Senador, nós nos limitamos a computar os dados enviados pelos países membros da UNESCO. Os dados do Brasil são enviados pelo Ministério da Educação do seu País."

"Não podemos fazer nenhuma retificação, porque esses dados refletem uma realidade que lamentamos."

No limite de minhas possibilidades, tomei algumas iniciativas procurando atenuar esse quadro que, no começo era negado. Tentei, assim, estabelecer um nível mínimo para as aplicações do governo federal, estaduais e municipais, em Educação e Cultura.

Nesse sentido, apresentei, em 1976, proposta de emenda constitucional, determinando que 12 % do orçamento da União, seria, obrigatoriamente, investido em Educação. Assim como 24 % das receitas dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

Eu não descobri a pólvora, não tive nenhum lampejo de gênio; na base da humildade, apenas tentei estabelecer um percentual obrigatório, nos orçamentos políticos para a Educação. Esse percentual sempre existiu nas nossas Constituições: 10 % do orçamento federal, 20 % dos orçamentos estaduais e municipais.

Logo depois da Revolução de 1964, um notável Presidente, um Estadista, Marechal Humberto Castelo Branco, que, apesar de todas as suas extraordinárias qualidades, era um ser humano, capaz de cometer erros, homem que se deslumbrou com a inteligência do tecnocrata mais famoso da época, hoje Embaixador Roberto Campos, que lhe meteu na cabeça a idéia de que, todos os percentuais que constavam na Constituição, ligados ao Orçamento Público, deveriam ser eliminados. O Presidente Castelo Branco, à base da boa-fé, iludido pela inteligência de Roberto Campos que o deslumbrava, aceitou a tese, e a Constituição de 1967 prestou esse deplorável desserviço à causa da Educação, foi excluído esse percentual, não apenas o que beneficiava a Educação, mas, o que beneficiava também, o Nordeste com a verba para o combate às secas, e vários outros percentuais que beneficiavam também, o Vale do São Francisco, e a Amazônia; e a partir dessa eliminação do percentual, desabou - desabou - o total de verbas destinadas à Educação. Eu então, me limitei a apresentar um projeto de emenda à Constituição, aumentando de 10 para 12 % na área federal, e de 20 para 24, o percentual para os Estados e Municípios. Por que mais 20%? 10 para 12, e de 20 para 24? Porque, graças à Revolução - que não foi feita nem por anjos e nem por santos mas, por criaturas conforme eu declarei obviamente, que pertencem à condição humana - a Revolução também cometeu, fez várias coisas felizes e muito acertadas, depois da Revolução, o período de escolaridade obrigatória e gratuita passou de, 4 anos, antiga Escola Primária, para 8 anos, o atual curso de 1.º grau. Ora! Se houve um aumento de 4 para 8 anos, de 100 %, da escola fundamental, não seria demasiado haver um aumento, também, de 20 %, das verbas destinadas à Educação. Consegui o apoio de 63 dos 65 Senadores, dos dois Partidos - ARENA e MDB - apenas dois não assinaram e explicaram as razões: um dos Senadores explicou que não assinaria nenhuma proposta de emenda à Constituição nem mesmo de iniciativa do seu Partido - PMDB - porque, segundo ele, a Constituição era um "monstro" porque incluía o AI-5 e outras restrições que ele considerava inaceitáveis, mas, ao mesmo tempo assumiu comigo um compromisso solene, votaria a favor da emenda a qualquer

hora da manhã, da tarde, da noite ou da madrugada, porque considerava a emenda, altamente patriótica. Não haveria nenhuma dúvida sobre a aprovação tranqüila de uma iniciativa de um Senador, apoiada pela totalidade dos seus Pares, dos dois Partidos, conforme evocou o nobre Deputado Aciolerto Daros.

Dias depois, eu li nos jornais, a notícia de que o Governo havia decidido derrotar a proposta de emenda que eu apresentara, apesar do apoio unânime do Senado!

Eu duvidei que isso fosse verdadeiro, mas, desgrazadamente, eu estava enganado! O Partido a que eu pertencia recebeu ordens para não permitir que os seus representantes no Senado e na Câmara comparecessem à Sessão do Congresso Nacional para que, com as suas ausências, a minha emenda fosse rejeitada, por falta de "quorum".

Foi realizada a reunião e apenas 180 Parlamentares compareceram, todos votaram SIM, mas o número não era suficiente para aprovação da emenda e ela foi arquivada. E nesta hora em que eu recebo com muita honra, e constituirá, para mim, um novo e poderoso estímulo para continuar nesta luta que é a luta de todos nós, eu me vejo obrigado, por um imperativo de consciência, a recordar este episódio, para chamar a atenção dos nossos homens públicos, dos representantes do povo para a necessidade de nós voltarmos a ostentar, na área do Poder Legislativo nos três níveis, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado Federal, um título que nós ainda erradamente utilizamos - nós dizemos que trabalhamos numa Casa de Leis; nós não trabalhamos numa Casa de Leis. As leis são elaboradas, num pequeno laboratório que fica instalado na sede do Poder Executivo. Esta é que é a grande e triste realidade.

O representante do povo nem obtendo o apoio da totalidade dos seus pares pode fazer vitoriosa uma iniciativa desse tipo tão feliz, desde que foi introduzindo-se no nosso sistema constitucional, essa nefanda instituição da aprovação por decurso de prazo, nós no Poder Legislativo, adotamos uma posição meramente homologatória. Praticamente quase todas as leis são de iniciativa do Executivo. Nós tivemos as nossas prerrogativas violentamente reduzidas. Nós não podemos apresentar uma emenda que altere em um cruzeiro sequer ou em 10 centavos o orçamento do Município, do Estado ou da União. Este é um caso típico. Amanhã, nós vamos ser acusados deste golpe criminoso que foi desfechado contra a educação do País. Não, não foi o Poder Legislativo o responsável por esse golpe, foi o Poder Executivo, foi a indiferença, insensibilidade do Olimpo governamental, foram essas forças que torpedearam uma iniciativa que era consagrada em todas as nossas Constituições e que por erro deplorável do Presidente Castelo Branco, foi eliminada da Constituição de 1967.

Mas não houve apenas esse golpe em relação à iniciativa de um legislador. Num certo momento, o MOBRAF que representou um dos escândalos mais vergonhosos e revoltantes da história da educação em nosso País, criou o MOBRAF infante-juvenil: estava alistando entre os seus alunos, crianças entre 8 e 10 anos de idade. Procurei o Ministro da Educação. Procurei o Presidente do Senado, procurei o Presidente do MOBRAF e chamei a atenção para o crime que estava sendo cometido. A nossa Constituição declara que é dever do poder público garantir a todas as crianças, 8 anos de escolaridade, crianças de 4 a 14 anos. Como se poderia cometer em nosso País um crime de dar às crianças, apenas 5 meses de ensino nas aulas do MOBRAF? Cinco meses, duas ou três horas à noite. Não adiantou nada. Então cumpri o meu dever dentro da lição aprendida numa academia política na Alemanha, que o primeiro dever de um homem público é ficar em paz com a sua consciência. O segundo dever de um homem público é defender os interesses do seu País. Então, para ficar em paz com a minha consciência, para defender os interes

ses do meu País, fui à tribuna do Senado e denunciei este crime que estava sendo cometido contra as crianças em flor deste País.

Um Senador da Oposição tomou a iniciativa de pedir a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar essa denúncia. Foi aprovada a constituição desta CPI. Foram prestados 8 depoimentos. Cada depoimento representava a abertura de uma croaca revelando o escândalo que estava sendo realizado pelo MOBRAL em todo o País. Veio então uma ordem na base da força avassaladora da maioria. Os depoimentos deveriam ser suspensos. Não seria permitido mais nenhum depoimento na CPI do MOBRAL e na base do voto da maioria, a CPI ficou impossibilitada de ouvir mais qualquer depoimento. E qual foi a realidade? Decorreram alguns anos, o atual Ministro da Educação bravamente, patrioticamente chegou à conclusão de que o Presidente do MOBRAL era um megalomaníaco delirante e decidiu demiti-lo por telefone, o que me levou a dar um entusiástico "viva" que permitiu a demissão sumária de um homem que estava prestando tantos desserviços à causa da educação. Esse Presidente do MOBRAL era tão poderoso que nem sequer comparecia ao gabinete do Ministro da Educação. Com esse novo Ministro ele foi chamado, não compareceu e o Ministro deu ordem ao seu Secretário, para demiti-lo pelo telefone.

Outro cerceamento da atividade do Poder Legislativo que adianta a aprovação de uma CPI, se de repente vem uma ordem do Poder Executivo para que a CPI não ouça nenhum outro depoimento. Esse esforço a favor da educação, continua. E, posso garantir, continuará. Há alguns meses apresentei um conjunto de 5 projetos de leis destinados igualmente a ampliar o volume de recursos destinados à Educação e Cultura, para isso, diga-se de passagem, precisei contornar os cem números de obstáculos que hoje se colocam à atividade do Poder Legislativo que precisará, senão mudar esse quadro, até mudar de nome. Porque não pode mais se chamar Poder Legislativo, porque não é mais a Casa, não é mais o poder que legisla, porque há hipertrofia cada vez maior do Poder Executivo e o definhamento, enfraquecimento cada vez maior do Poder Legislativo. Tais como: a impossibilidade de atuar no campo financeiro, ou a longa tramitação no seio do próprio Congresso, motivo pelo qual situo o restabelecimento das prerrogativas do legislativo como um dos principais imperativos do aperfeiçoamento democrático que estamos hoje vivendo.

Sem dúvida nenhuma, com todas essas falhas, essas restrições, esses erros, não há dúvida nenhuma de que há sinais veementes de uma tentativa de aprimoramento do sistema democrático neste País. Infelizmente, de repente surge mais uma pancada. Agora mesmo uma pancada em andamento, exigindo um "quorum" de dois-terços para a reforma de qualquer artigo da Constituição. Ora, uma proposta em favor da educação, apoiada pela unanimidade dos Senadores, não foi aprovada quando o "quorum" mínimo era de um-terço, imagine-se o que ocorrerá se for aprovada essa nova mensagem presidencial - o "quorum" de dois-terços - para se tocar nesta Constituição que o nosso grande Presidente Marechal Dutra costumava comparar à Bíblia, sempre se referia à Constituição como um livrinho, "o livrinho" sagrado que deveria sempre nos orientar e nos inspirar.

No primeiro desses projetos, proponho que se autorize o Poder Executivo a instituir um pequeno adicional sobre a carga tributária incidente sob as mais altas rendas, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino do primeiro e segundo graus. Reparem este detalhe, é um projeto que autoriza o Poder Executivo. Nós não temos poder para aumentar em um cruzeiro sequer o orçamento da União, então, essa minha

proposta é meramente autorizativa: fica o Poder Executivo autorizado, se quiser, a aumentar o Imposto de Renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas. Eu não tenho como objetivo apenas beneficiar a educação, seria um nobre objetivo que justificativa plenamente o meu projeto. O meu objetivo é outro também, de acordo com entrevista do Sr. Francisco Oswaldo Neves Dornelles, atual Secretário da Receita Federal, os ricos, os super-ricos, os magnatas deste País, pagam sobre os seus rendimentos um imposto de apenas 1,9 %, os super-magnatas e os ricos pagam menos de 2 %, enquanto os empregados das empresas privadas, os funcionários civis e militares, chegam a pagar até 55 % de imposto sobre a sua remuneração.

Quem denunciou este fato não foi nenhum representante do PT, do PTB, do PMDB, foi o Secretário da Receita Federal Francisco Oswaldo Neves Dornelles; numa entrevista que comentei no Senado. Esse tratamento é ainda mais revoltante, porque, enquanto os assalariados no setor público e no setor privado pagam imposto de renda sobre a sua remuneração, sobre aparentes aumentos dos seus salários, os super-magnatas pagam apenas 1,9 %. E o mais grave - é que os aplicadores no mercado financeiro, esses que não trabalham, esses que aplicam seu dinheiro no "open-market", no "over-nigth", no CDB, em letra do Tesouro Nacional, só pagam imposto de renda sobre os juros, Só 6 % ao ano, ou 9 % ao ano. Todo o rendimento decorrente da correção monetária, tudo que seja resultante da inflação não é tributável. Então os aplicadores do mercado financeiro têm um tratamento privilegiado. Enquanto os assalariados deste País que são milhões, que representam 98 % da população pagam imposto de renda sobre a correção monetária dos seus salários, sobre o aumento aparente dos seus salários. Na realidade não se trata de aumento de salário, trata-se de correção monetária. Não há aumento real nenhum. E nós somos penalizados pelo fisco.

Então um dos objetivos do projeto é taxar de maneira justa esses extratos da população de renda mais alta. Pode ser dos ricos, dos ricos, dos magnatas ou dos super-ricos.

No outro projeto e sugiro que se permitam deduções no imposto de renda das pessoas jurídicas para aplicações extras no ensino de primeiro grau. Com o mesmo objetivo, o terceiro desses projetos institui um adicional sobre um supérfluo, o fumo. Outro supérfluo seria igualmente sobretaxado, se aprovado meu 4.º projeto, dessa vez as bebidas alcoólicas.

Finalmente, em um quinto projeto, lembro que já é tempo de que as empresas estatais, esses gigantes que contrapostos às multinacionais cerceiam a atividade das empresas privadas nacionais, assumam as responsabilidades sociais que lhe são impostas pela Constituição, investindo um percentual de seus orçamentos no ensino fundamental.

Este projeto se reveste de uma importância excepcional. Nós, entre aspas, Legisladores, precisamos tomar conhecimento detalhado desta deplorável realidade.

Teoricamente nós somos responsáveis pela elaboração do orçamento da União, dos Estados e dos Municípios. Na realidade nós não somos responsáveis. Quem elabora o seu orçamento é um pequeno grupo de tecnocratas. Eles mandam esses orçamentos e nós temos apenas de dizer "Amém". Não podemos aumentar nada. Mas teoricamente nós temos alguma coisa a ver com os orçamentos públicos, federais, estaduais e municipais. Entretanto as empresas estatais deste País, têm um orçamento que representam quatro vezes mais o total do orçamento geral da União. Quatro vezes mais, esses gigantes - PETROBRÁS, ELETROBRÁS, Companhia Vale do Rio Doce, o orçamento desses gigantes não tem nenhum controle.

Agora, o Ministro Delfim Neto está tentando através de uma Secretaria de empresas estatais controlar um pouco essas despesas e já fracassou no primeiro ano.

Então o que deseja esse representante no Senado? Representante do Espírito Santo, no Senado, e hoje tentarei também falar um pouco em nome dessa nova cidadania que tanto me desvanece. É tentar ver se nós tiramos 2% dos orçamentos empresas estatais para educação. Mas tudo isso é meramente autorizativo, porque a Constituição nos proíbe qualquer iniciativa nesse sentido, caso venham a ser aprovados tais projetos garantiriam à educação nacional um volume de recursos duas vezes superiores ao orçamento que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República queria conceder ao MEC. Trariam ainda uma vantagem adicional, a de fazer com que a atribuição de uma verba razoável para a educação independa das pessoas e desgastantes negociações a que se tem obrigado todos os Ministros da Educação, em sua "via crucis" pelos meandros da administração econômica financeira do País. Uma peregrinação que nem sempre ou quase nunca traz resultados que se aproximem sequer do mínimo indispensável.

Nós vimos o ano passado a batalha emocionante travada pelo atual Ministro da Educação, contra um corte de um superpoderoso Ministro do Planejamento que zela nas verbas destinadas ao Ministério da Educação. Foi necessário que o Ministro Rubem Ludwig jogasse o seu cargo à mesa, para que o Ministro do Planejamento taxasse os lucros dos bancos para restabelecer a maior parte da verba que havia sido cortada. E hoje estamos diante de uma nova ameaça.

O Ministro Rubem Ludwig se não obtiver, para 1983, as verbas que está pleiteando, que não são astronômicas, são o mínimo necessário para o Ministério da Educação, ele deixará em novembro o MEC, e voltará para as fileiras do nosso glorioso exército nacional.

Não é difícil diagnosticar o mal crônico de que sofre a educação brasileira. É a falta de recursos para a concepção dos seus fins. Venho propondo uma terapia capaz de curá-lo. E mais, caso consigamos criar fontes próprias de verbas para o ensino, de curá-lo definitivamente.

É nesta cruzada que venho defendendo há mais de uma década, que espero ainda contar com o apoio cada vez maior de todos os segmentos da comunidade brasileira. Com medidas como a vinculação de verbas-educação, eliminaríamos o principal fantasma que atormenta, que é precisamente o descaso governamental, que dá prioridade à tantas outras obras.

Verifique-se que, bem ou mal, as principais metas estabelecidas pelo Governo Federal têm sido alcançadas. Como magnífico esforço, conseguiu-se quintuplicar em 20 anos a capacidade-geração de eletricidade do País. Gigantescas obras estão aí a garantir o prosseguimento deste monumental trabalho, a começar por Itaipu, a poucas centenas de km de Curitiba.

No entanto, sabe-se hoje, existe já uma sobra de energia elétrica em todo o Centro-Sul. O trabalho não terá sido em vão. Mas não há dúvida de que caso a educação tivesse recebido semelhante tratamento, tais recursos não se desperdiçariam. Foi feito um planejamento para 20 anos para resolver o problema de energia elétrica em nosso País. Os tecnocratas governamentais realizaram este programa até com excesso. Resultado: hoje estamos enfrentando o gravíssimo problema de sobras de energia hidrelétrica; e vão se agravar ainda mais estas sobras, com o início de geração de usinas nucleares, num total de 9, sendo que a primeira já está sendo apelidada de "vagalume", que liga e desliga, a de Angra Reis. Uma obra gigantesca, que não teria prioridade, mas que os tecnocratas exigiram que fosse instalada.

Foi um paranaense, o ex-Ministro Karlos Rischbieter, que mostrou em entrevistas à imprensa, quais os efeitos da entrada de Itaipu em funcionamento. Entrada que vai criar um problema adicional, porque não temos capacidade de absorver toda a energia de Itaipu a que o Brasil tem direito e ainda vamos ser obrigados, por um tratado, a comprar a parte reservada ao Paraguai.

Pensa-se, segundo o ex-Ministro Rischbieter, que seria um Brasil todo iluminado, mas o resultado é outro. A CESP - Central Energética de São Paulo, quebra, disse ele. Itaipu está sendo construída para fornecer energia ao Parque Industrial Paulista. Mas não só esta energia será cara demais, está aumentando dia a dia, e a CESP já está comprometida a adquiri-la, como a recessão que vivemos levou à uma sensível redução das necessidades de energia na indústria.

Para saber o resultado, bastam lápis e papel, são contas relativamente simples. Eu enviei para os nobres Deputados desta Assembléia um discurso que proferi, no Senado Federal, mostrando o aumento espetacular da produção de Kw e o aumento absolutamente insatisfatório das verbas para a educação.

Há pouco tempo foi amplamente divulgado que o percentual de analfabetos no Brasil tinha caído para 10%. Graças ao milagre deste escândalo que foi o MOBRAL. Caímos de 34% para 10%. E o Presidente do MOBRAL repetia isto com frequência.

Felizmente, o atual Ministro de Educação ontem, em Brasília, revelou, confirmando os dados do IBGE, 26% das pessoas com mais de 15 anos são analfabetos. Não 10%. 26% das pessoas com mais de 15 são analfabetos. A evasão da primeira para a segunda série do primeiro grau é superior a 50%. Apenas 31% dos alunos que ingressaram na primeira série em 1968, chegaram à quarta série em 1971. Apenas 31%. 17% chegaram à oitava série em 1975. 9% concluíram a terceira série do segundo grau em 1978, e 6% concluíram o primeiro ano de estudos superiores em 70. Com a sua autoridade de Ministro da Educação, o Ministro Rubem Ludwig confirma o dado que eu havia divulgado centenas de vezes, 83% das crianças em flor deste País não terminam a escola de primeiro grau. A escola básica de ensino fundamental. São 83%.

Há poucos anos o Brasil aparentemente se contentava em alfabetizar, através do MOBRAL, precariamente, com altos índices de regressão ao analfabetismo que variava entre 90 e 95%.

Agora chega um Ministro e tem a coragem de proclamar isso que os legisladores Federais, Estaduais e Municipais haviam programado há muito tempo.

O que importa, não é alfabetizar na base do MOBRAL alguns milhões de pessoas que depois regridem ao analfabetismo.

O que é necessário é dar a 100% das crianças, 8 anos de escolaridade. O Brasil não tem o destino de cubata africana. O Brasil será até o ano 2000, a quarta grande potência do mundo, depois dos Estados Unidos, da Rússia e da China. Mas, nós não podemos nos contentar apenas em reduzir o percentual de analfabetos para 26%, nem mesmo para 10%. Nós precisamos é garantir 100%, ou 90% das nossas crianças para a sua integração na comunidade.

O nobre Deputado, autor da proposta de concessão do Título de Cidadão do Paraná a este modesto representante capixaba, ele fez uma referência às minhas idéias políticas. Era o Deputado Roberto Campos. Viu-me ele defendendo sempre os mais elevados princípios democráticos. Mais tarde, em iniciativa semelhante, igualmente se referiu o Deputado Luiz Alberto de Oliveira às minhas convicções. Faço aqui o meu mais sincero e comovido agradecimento a esses dois brilhantes parlamentares, bem como à esta preclara Assembléia Legislativa por este título que recebo com imensa alegria e intenso desvalecimento. Reitero, também, os meus mais efusivos agradecimentos ao nobre Deputado Adalberto Daros, embora pertencendo a um Partido da Oposição, o Partido Trabalhista Brasileiro, bateu todos os recordes de generosidade em relação a esse humilde soldado da causa da educação.

Gostaria de estender-me um pouco, mas, não muito no exame desta atuação política que tiveram todos a generosidade de lembrar. Sou, como disse o autor do requerimento, um per-

manente defensor do regime democrático. Acredito e tenho procurado demonstrar esta crença, que nada justifica a quebra de normalidade democrática.

Foi assim que procurei defender a causa da democracia em um momento no qual já são passados quase 20 anos, ela pareceu-me ameaçada.

E assim também, que desejo o desenvolvimento do processo de liberalização iniciado no Governo passado, quando era Presidente o General Ernesto Geisel e que prossegue hoje no Governo do Presidente João Baptista Figueiredo.

Ao mesmo tempo, porém, gostaria de ver ao lado do que se convencionou chamar de desenvolvimento político, bem como, do sempre tão bem cobijado desenvolvimento econômico, um outro desenvolvimento, que é o desenvolvimento social. Trata-se aí de garantir ao conjunto da população brasileira esses elementos indispensáveis ao verdadeiro desenvolvimento do ser humano, como educação, saúde, alimentação, habitação e segurança previdenciária.

Se nós todos não ficarmos plenamente conscientes da prioridade desse programa, só por um milagre de Deus e Deus não cometeria o erro de realizar este milagre, nós teremos de enfrentar mais cedo, mais tarde e desgraçadamente, para nós, creio que mais cedo, uma convulsão social.

O Brasil não pode continuar com a sua riqueza distribuída de maneira tão injusta e tão desumana. Nós temos os três extratos mais modestos da nossa população ganhando menos de um salário mínimo, ganhando entre um e dois salários mínimos, e ganhando até três salários mínimos.

Numa conferência na Escola Superior de Guerra, esses 3 extratos receberam não de mim, mas do conferencista, três rótulos: indigentes, miseráveis e pobres. Os que ganham menos de um salário mínimo e até três salários mínimos. Esses três extratos da população brasileira representam cerca de 70% do total dos habitantes deste País.

Como nós vamos evitar, amanhã, a erupção deste vulcão, tendo 70% dos brasileiros enquadrados nessas três categorias? Só há uma maneira de evitar essa convulsão; não de um mês para o outro, nem de um ano para o outro, mas ao longo de 10, 15 e 20 anos: é através da educação. Porque, dando maior qualificação ao povo, será permitido que ele tenha a capacidade de ganhar salários mais elevados. Então, o povo, como nós, que é cristão, que é democrata, que é paciente, que é resignado, tem um limite. Um limite que não deve ser ultrapassado.

É necessário que se tenha a coragem de proclamar que a terceira população do Brasil não é a do Recife, de Porto Alegre, de Belo Horizonte. A terceira população, depois de S. Paulo e do R. de Janeiro a população das favelas cariocas que abrigam, elas abrigam 1.750.000 pessoas.

Então, nós temos de encarar isso com absoluto realismo. E já houve uma revolução nesta área que agora focalizo. Antes do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica Apostólica Romana, recomendava, através dos Padres, nos seus sermões, nos púlpitos, que as pessoas tivessem paciência, resignação, que receberiam um prêmio lá no céu, no paraíso. A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica Apostólica Romana tomou uma nítida posição em favor dos pobres e quer, agora, justiça social, aqui, neste planeta, e não "post-mortem".

Eu nunca mais ouvi um padre ameaçar os fiéis com as chamas do inferno, nem com as delícias do paraíso.

A Igreja, depois do Concílio Vaticano II não adotou posição comunista, socialista ou marxista ou leninista ou maoísta, mas, pelo menos, ela adotou uma posição nítida em favor da justiça social.

Não é possível continuar, por mais tempo, essa expoliação da maioria da população em torno de 70%, e, ao mesmo tempo, esse tratamento privilegiado, a meio por cento, a 2% da população do País, que ganha uma fábula de dinheiro e paga de imposto de renda, 1,9, menos de 2%.

Reconheço, por um dever de justiça, que várias iniciativas governamentais, depois da revolução, merecem registro, a começar pela política salarial, inegavelmente distributivista, que se lançou no início da atual administração do Presidente Figueiredo.

Se o Ministro Murillo Macedo não tivesse tomado a iniciativa de permitir o reajustamento do salário dos operários acima do nível da inflação, este País talvez não estivesse num clima de razoável paz social, em que as greves se tornaram raras, e, quando eclode uma greve mais ampla, os operários, em última análise, acabam recebendo o que pleiteavam, como foi o caso, agora, dos metalúrgicos, em que, derrotando a super-poderosa federação das Indústrias de São Paulo, os metalúrgicos obtiveram dos patrões, congregados numa outra entidade patronal, um percentual que a FIESP negava com a maior veemência.

Outras medidas porém se fazem indiscutivelmente necessárias, com menos dos ditos projetos ambiciosos, grandes projetos, faraônicos projetos — e usarei um outro adjetivo que poderia aí ser mais forte, poderíamos talvez carrear fundos não apenas para a administração direta, como também das nossas gigantescas estatais, para esses investimentos no Bem-Estar Social.

O Brasil precisa desses investimentos, mais recursos para a agricultura que está sendo penalizada da maneira mais atroz, assegurando o abastecimento do mercado nacional, a obtenção de divisas com a exportação e o que é extremamente importante, evitando a migração do homem do campo, para os bolsões de pobreza das grandes metrópoles. O Rio e outras Capitais importantes vivem o drama dos favelados.

Este Estado do Paraná que, hoje, é o quinto em termos de riqueza e que será o segundo Estado da Federação em termos de riqueza, o Paraná apresenta, apesar de todo esse quadro que nós tanto nos orgulhamos, a existência de "bóias-frias", esses infelizes que estão enquadrados numa dessas três categorias já focalizadas.

Mais recursos para a Saúde e saneamento básico, condições mínimas para o bem-estar, e, principalmente, mais recursos para a Educação, na opinião não apenas deste modesto soldado dessa causa sagrada, mas na opinião de todos nós, que é o mais curto e menos espinhoso dos caminhos para se alcançar uma equitativa distribuição da renda.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, devem ouvir estas palavras com alívio, porque eu me estendi demasiadamente, porque, quando começo a focalizar o problema da Educação eu me empolgo e perco a noção do tempo.

Com meus companheiros da Comissão de Agricultura do Senado Nacional, tive, em julho do ano passado, o prazer de, mais uma vez, visitar o Paraná. Percorrendo a região Norte do Estado e outras regiões numa segunda etapa. Pude assim constatar um elevado estágio de verdadeiro crescimento social e econômico que mercê do trabalho de sua população e de suas classes produtoras, vive, hoje, este poderoso Estado. É mais um motivo para o grande orgulho que sinto hoje ao receber este Título de Cidadania.

Sobrevoando quase todo o Paraná, em julho do ano passado, e antes de receber este título que já me havia sido outorgado, sonhei que um dia o Brasil possa vir a ser um imenso Paraná. Mais porém que a pessoa humilde do capixaba que vos fala, neste momento, quero crer que este Título revele a compreensão do Paraná que tanto já conseguiu para as causas, que no meu limitado alcance, venho procurando defender, através da Comunicação Social, através de exercícios de mandatos legislativos, tenho procurado lutar pela causa da Educação, fator de desenvolvimento social, causa que, acredito, estamos hoje, todos engajados, na cruzada da liberdade, na cruzada da Justiça Social.

Repito estas palavras evocando o lema da Bandeira do

meu pequenino Estado do Espírito Santo, lema que foi extraído de uma frase de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus: "Trabalha e confia. Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus."

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência agradece as presenças das ilustres autoridades civis e militares e demais pessoas que tanto brilhantismo emprestaram à solenidade e, da mesma Comissão anteriormente designada, solicita que, acompanhe Sua Excelência o Sr. Francisco Borsari Netto,

Chefe da Casa Civil, representando Sua Excelência o Sr. José Hosken de Novaes, digníssimo Governador do Estado, durante sua permanência no Palácio 19 de Dezembro, bem como o ilustre homenageado, ao Salão Nobre, onde receberá os cumprimentos.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que, estará encerrada a presente Sessão.

(A Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná executa o Hino do Paraná).

(Palmas).

(Encerrada a Sessão)